



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora



CURSO/PERÍODO

DIREITO - 7º PERÍODO - DATA: 03/04/2017

## **GABARITO RASCUNHO**

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D

Disciplina: Direito Civil – Das Coisas I  
Professora: Érica Cristina Molina

### Questão 01

Durante anos Berenice manteve limpo o terreno situado ao lado de sua residência, contratando periodicamente os serviços de Amarildo, para roçar e retirar o mato, evitando, assim, a presença de animais e a utilização do local para atividades indesejadas, como a presença de drogados ou de casais para encontros íntimos. O terreno pertence a Mirela, que está residindo na Alemanha. Sempre que Berenice percebia que o mato estava alto e que pessoas estavam utilizando o terreno para os fins mencionados, solicitava a Amarildo, no dia seguinte, que limpasse o terreno e cortasse o mato. É correto afirmar que Berenice:

- (a) é possuidora do terreno, podendo inclusive usucapir o imóvel.
- (b) é a proprietária do terreno.
- (c) não está exercendo a posse do terreno, mas Amarildo está.
- (d) tem no máximo a detenção eventual do terreno, não podendo ser considerada possuidora.

### Questão 02

Assinale a alternativa correta a respeito da disciplina da Posse no Código Civil.

- (a) A posse direta anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.
- (b) Considera-se possuidor indireto aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- (c) Se duas ou mais pessoas possuírem coisa indivisa, pode cada uma exercer sobre ela atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros compossuidores.
- (d) É justa a posse, se o possuidor ignora o vício ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

### Questão 03

Maurício, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, é proprietário de uma casa situada no Bairro de Cambinhas, Niterói, Estado do Rio de Janeiro, onde costuma passar os feriados prolongados e as férias. Ao lado do imóvel de Maurício, há um terreno que, por estar aparentemente abandonado, ele ocupou, cercou e mantém como área de lazer. Com relação ao referido terreno, é correto afirmar que Maurício é:

- (a) mero detentor;
- (b) possuidor pleno;
- (c) possuidor indireto, já que o utiliza apenas eventualmente;
- (d) possuidor direto, já que o utiliza apenas eventualmente.

### Questão 04

A doutrina clássica diverge na determinação dos efeitos jurídicos da posse, dividindo as teorias que aceitam sua eficácia em dois grandes grupos: o grupo que admite a pluralidade dos efeitos da posse e outro grupo que admite que a posse produz um único efeito, “qual seja, o de induzir à presunção de propriedade”. (GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. vol. V. In: Dos efeitos da posse, cap. IV. São Paulo: Saraiva, 2006. p.109). Analise as proposições a seguir sobre a posse e assinale a alternativa **CORRETA**.

I. No Código Civil, os efeitos da posse estão assim sistematizados: proteção possessória (autodefesa e invocação dos interditos); percepção dos frutos; responsabilidade pela deterioração e pela perda da coisa; indenização por benfeitorias e o direito de retenção; a usucapião.

II. Um dos efeitos da posse é a proteção conferida ao possuidor, que se dá pela defesa direta ou autodefesa e pelas ações possessórias, denominadas de interditos possessórios, tais como a manutenção da posse, reintegração da posse e interdito proibitório.

III. Quando o possuidor demandar a proteção possessória, lhe é vedado pleitear a condenação do réu nas perdas e danos, não sendo possível sua cumulatividade, ainda que na ocorrência de fato novo, como a deterioração ou destruição da coisa.

- (a) Está correta somente a proposição I.
- (b) Está correta somente a proposição II.
- (c) Estão corretas as proposições I e III.
- (d) Estão corretas as proposições I e II.

#### Questão 05

Sobre o direito das coisas, analise as proposições a seguir.

I. É justa a posse se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.

II. É de boa-fé a posse que não for violenta, clandestina ou precária.

III. O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.

IV. O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

V. Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias; não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias.

Estão corretas, APENAS, as proposições contidas em

- (a) II, III, IV e V.
- (b) III, IV e V.
- (c) I e II.
- (d) IV e V.

#### Questão 06

Identifique as seguintes afirmativas sobre Posse como verdadeiras (V) ou falsas (F):

( ) Os atos violentos ou clandestinos não autorizam a aquisição da posse, justa ou injusta, mesmo depois de cessada a prática de tais atos ilícitos.

( ) O detentor age como lhe determina o possuidor, havendo, entre ambos, uma relação de ordem, obediência e autoridade, razão pela qual ao primeiro não assiste o direito de invocar, em nome próprio, a proteção possessória.

( ) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, anula a indireta, de quem aquela foi havida.

( ) Entende-se por fâmulo da posse a situação jurídica do sujeito que, achando-se em relação de dependência ou na condição de subordinado, detém a coisa em nome do proprietário ou possuidor.

( ) Posse adquirida por sucessão *mortis causa* se transmite aos herdeiros do possuidor com os mesmos caracteres que tinha a posse do autor da herança.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- (a) F – V – F – V – V.
- (b) V – V – F – V – F.
- (c) F – F – F – V – V.
- (d) F – F – V – F – V.

Disciplina: Direito Penal – Parte Especial V  
Professora: Juliana Maria Souza Murcia Soler

### Questão 07

Victor, condenado em regime fechado pela prática do crime de roubo, vinha trabalhando dentro da penitenciária de modo a garantir a remição de parte do tempo de execução da pena. Ocorre que foi punido pela prática de falta grave dentro da unidade. Diante disso, Victor:

- a) poderá ter revogado até 1/3 do tempo remido;
- b) poderá ter revogado todo o tempo remido;
- c) poderá ter revogado até 1/2 do tempo remido.
- d) recomeçará a contagem para remição a partir da data em que o juiz confirmar a perda dos dias remidos.

### Questão 08

“A” foi condenado pela prática de um crime de roubo a pena de 05 anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, pois, apesar de, antes desses fatos, ser primário e de bons antecedentes, as circunstâncias do crime foram graves. Após cumprimento de 1/6 da pena aplicada, obteve progressão para o regime semi-aberto. Ocorre que, no cumprimento da pena, praticou falta grave, devidamente reconhecida após observância de todas as exigências legais e garantida a ampla defesa. Nesse caso, poderá o juiz da execução determinar a:

- a) regressão de regime e a interrupção do prazo para concessão do livramento condicional;
- b) revogação de todo o tempo remido, a regressão de regime, mas não a interrupção do prazo para concessão do livramento condicional;
- c) regressão de regime, revogação de até 1/3 do tempo remido, mas não a interrupção do prazo para concessão do livramento condicional;
- d) revogação de até 1/3 do tempo remido, regressão de regime e a interrupção do prazo para concessão do livramento condicional.

### Questão 09

Considere que um indivíduo, primário, seja condenado, definitivamente, a dez anos de reclusão em regime inicial fechado, devido à prática de crime hediondo. Nessa situação, é correto afirmar que esse indivíduo somente progredirá de regime do cumprimento da pena após:

- a) 2 anos
- b) 4 anos
- c) 6 anos
- d) 1 ano e 7 meses.

### Questão 10

A Lei n. 8.072/90 dispõe sobre os crimes hediondos, enquanto a Constituição Federal indica outros assemelhados, orientando o legislador a dar tratamento mais rigoroso a estas infrações. As alternativas a seguir apresentam crimes que ostentam essa natureza, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- a) Tráfico de entorpecente e extorsão mediante sequestro.
- b) Tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico.
- c) Estupro de vulnerável e tráfico de entorpecentes.
- d) Latrocínio e tortura.

Disciplina: Direito Administrativo II  
Professor: Nelson Oberlander Reis Júnior

### Questão 11

Para que o Estado possa alterar, unilateralmente, um contrato administrativo, deve

- a) referir-se, a alteração, apenas a regras contratuais;
- b) haver previsão expressa no contrato, permitindo a alteração;
- c) haver anuência do contratado;
- d) manter intangível a equação econômico-financeira do contrato.

### Questão 12

Podem os credores de concessionária de telefonia fixa penhorar sua rede de telecomunicações?

- a) sim, porque a concessionária, apesar de executar serviço público, é empresa privada;
- b) não, porque o princípio da continuidade do serviço público torna reversíveis todos os bens do patrimônio da concessionária;
- c) não, porque a rede está afetada à prestação do serviço público;
- d) sim, porque a inadimplência da concessionária é fato extintivo do contrato administrativo de concessão.

### Questão 13

Nos contratos administrativos regidos pela Lei n. 8.666/93, a Administração dispõe de certas prerrogativas especiais, mas, mesmo assim, não pode ela:

- a) descumprir condições do edital;
- b) aplicar sanções;
- c) modificá-los;
- d) ocupar bens do contratado.

### Questão 14

Os contratos administrativos possuem um regime jurídico bastante diferente daquele aplicável aos contratos privados. A doutrina destaca especialmente quatro (04) grandes elementos de distinção entre contratos administrativos e contratos privados. Assinale a alternativa que não representa um destes elementos.

- a) aplicação dos princípios e normas do Direito Público;
- b) defesa do interesse público exclusivamente de caráter secundário;
- c) desigualdade entre as partes;
- d) mutabilidade.

### Questão 15

É incorreto afirmar que é considerada característica dos contratos administrativos, dentre outras, a:

- a) natureza de contratos de adesão;
- b) natureza, de regra, *intuitu personae*;
- c) sua mutabilidade.
- d) ausência de cláusulas exorbitantes;

### Questão 16

Não é considerada cláusula exorbitante, típica do contrato administrativo, a

- a) plena adoção da cláusula da exceção do contrato não cumprido;
- b) retomada do objeto por ato da Administração;
- c) alteração unilateral do contrato pelo Poder Público;
- d) anulação do contrato por ilegalidade, pela própria Administração.

Disciplina: Direito Processual Civil III  
Professora: Laurinéia Borges Souza Silva

### Questão 17

É requisito da petição inicial a formulação de pedido, com suas especificações. De acordo com o novo Código de Processo Civil,

- a) na ação que visar ao cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, essas só serão consideradas incluídas no pedido mediante declaração expressa do autor.
- b) é permitida a formulação de pedido genérico em reconvenção nas mesmas hipóteses em que seria cabível em ação principal.
- c) o pedido poderá ser aditado até a citação, desde que haja consentimento do réu.
- d) é vedada a cumulação de pedidos se para cada um deles corresponder tipo diverso de procedimento, ainda que o autor empregue o procedimento comum.

### Questão 18

Conforme a Lei nº 13.105/2015, a petição inicial é indeferida quando:

- a) Apresentar pedido ou causa de pedir.
- b) Da narração dos fatos decorrer logicamente a conclusão.
- c) O autor carecer de interesse processual.
- d) Contiver pedidos compatíveis entre si.

### Questão 19

Considere as assertivas abaixo sobre os requisitos da petição inicial.

**I** - Se, mesmo após dar ao autor a oportunidade de emendar a petição inicial, persistir vício que determinou a emenda, o Juiz indeferirá a petição inicial sem determinar a citação do réu.

**II** - É facultado ao autor, até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente do consentimento do réu, bem como fazê-lo, até o saneamento do processo, com o consentimento do réu, assegurado o devido contraditório. Contudo, situação idêntica não se aplica à hipótese de reconvenção, considerando que já estabelecidos, de antemão, a causa de pedir e o pedido correlato.

**III** - Após a citação do réu, não mais poderá o Juiz indeferir a petição inicial; poderá, contudo, acolher eventual preliminar suscitada pelo réu, ainda que se trate de preliminar sobre tema capaz de ensejar o indeferimento da petição inicial, extinguindo, porém, o processo, sem resolução do mérito.

**Quais são corretas?**

- a) I, II, III
- b) Apenas II
- c) Apenas III
- d) Apenas I e III

### Questão 20

Na atual sistemática processual civil, no tocante ao pedido é correto afirmar:

- a) Quando diga respeito a prestações sucessivas, essas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor, sendo incluídas na condenação até sentença, como termo final, se o devedor deixou de pagá-las ou de consigná-las no curso do processo.
- b) Podem ser cumulados vários pedidos, em um único processo, contra o mesmo réu, desde que entre eles haja conexão, sejam os pedidos compatíveis entre si, o mesmo juízo seja competente para conhecer deles e o tipo de procedimento seja adequado para todos os pedidos formulados.

- c) Será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- d) Até o saneamento do processo, o pedido poderá ser aditado ou alterado, bem como a causa de pedir, ainda que sem o consentimento do réu, ao qual, porém, será devolvido o prazo para oferecimento de contestação quanto aos novos fatos e argumentos de direito apresentados nos autos.

Disciplina: Direito Empresarial III  
Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho

### Questão 21

Os Srs. Manuel e Joaquim estavam na pior, sem grana nenhuma, momento em que tiveram a ideia de assaltar um banco. Após muito deliberarem chegaram à conclusão de que deveriam comprar dois revólveres, uma passagem para cada e após efetuarem o assalto cada qual pegaria seu malote e sairia correndo para rodoviária para pegar o ônibus. Definiram ainda que comprariam passagens para locais diferentes e que ficariam 05 (cinco) anos sem se ver para que ninguém desconfiasse, e que após 05 (cinco) anos se encontrariam no “Bar do Paulinho”. Após a compra de todo material procederam com o assalto roubando cada um, um malote. Passados 05 (cinco) anos em frente ao bar, Manuel se espantou com Joaquim todo esfarrapado feito um mendigo, tendo inclusive questionado-o se fora pego pela polícia. Tendo Joaquim respondido que não, mas surpreso com Manuel que chegara ao bar de limosine com motorista e tudo. Manuel contou ao amigo de crime estar milionário, pois no malote que havia pego tinham R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais). Já Joaquim respondeu-lhe que no malote dele tinham R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) em notas promissórias a serem pagas, mas graças a Deus terminou de pagar a última ontem, um dia antes do encontro. Sobre o endosso e o aval de letras de câmbio e de notas promissórias:

- I. pelo endosso transmitem-se todos os direitos emergentes da letra de câmbio e da nota promissória e o endossante, salvo cláusula em contrário, garante o pagamento desses títulos.
- II. o endosso pode ser condicional, mas não parcial.
- III. o pagamento de uma letra de câmbio ou de uma nota promissória pode ser no todo ou em parte garantido por aval.
- IV. o avalista é responsável da mesma maneira que a pessoa afiançada, mas sua obrigação se mantém se a obrigação que ele garantiu for nula apenas por vício de forma.
- V. o endossante acionado não pode opor ao portador de uma nota promissória as exceções fundadas sobre as relações pessoais dele com os portadores anteriores, salvo se o portador ao adquirir a nota promissória tiver procedido conscientemente em detrimento do devedor.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) II, III e IV.  
b) III, IV e V.  
c) II, IV e V.  
d) I, III e V.

### Questão 22

Acompanhado de uma belíssima mulher, o sujeito entrou na joalheria e mandou que ela escolhesse a jóia que quisesse, sem se preocupar com o preço. Examina daqui, experimenta uma, depois outra, ela finalmente decide por um colar de ouro com diamantes e rubis. Preço: R\$ 200.00,00 (duzentos mil reais). Ele manda embrulhar, saca um talão de cheques e começa a preencher. Assina, destaca e ao estendê-lo, percebe a fisionomia constrangida e preocupada do vendedor examinando o cheque. O cliente, então, num gesto de gentleman, toma a iniciativa: - Vejo que você está pensando que o cheque pode não ter fundos, não é? É natural. Eu também desconfiaria, afinal, uma quantia tão grande... Tudo bem! Façamos o seguinte: hoje é sexta-feira e o banco já fechou. Você fica com o cheque e com a jóia. Na segunda-feira, você vai ao banco, pega o dinheiro e manda entregar a jóia lá na casa dela, ok? Cheio de medidas e agradecimentos pela compreensão, o vendedor encaminha o casal até a saída,



desejando-lhes um bom fim de semana. Na segunda-feira, o vendedor ligou para o cliente para dizer-lhe que, infelizmente, deve ter havido algum equívoco do banco, mas o cheque não tinha fundos. Ouviu, então, uma voz meio sonolenta: - Sem problema. Pode rasgar o cheque. Eu já saí com a mulher e ela foi embora... Em sendo o cheque uma espécie de título de crédito, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta sobre os princípios básicos dos títulos de crédito:

I. Pelo princípio da cartularidade, trazido na expressão documento necessário ao exercício do direito, o título de crédito é representado por uma cártula, documento sem o qual não poderá o devedor ser cobrado.

II. Pelo princípio da literalidade o título tem sua existência regulada pelo teor de seu conteúdo, ou seja, em um escrito, e somente se leva em conta o que nele está estampado.

III. A abstração importa na circulação do título sem qualquer ligação com a causa que lhe deu gênese.

IV. O título de crédito é autônomo em virtude de que o seu possuidor, pouco importando se de boa-fé ou má-fé, exercita um direito próprio, o qual não pode sofrer empecilhos frente a adreles relações reinantes entre os anteriores possuidores e a parte devedora.

- a) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as proposições II e III estão corretas.
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

### Questão 23

Soraia Dantas emitiu uma nota promissória em favor de Carine Monteiro, decorrente da aquisição de uma máquina de costura padrão industrial, com vencimento para 03/06/2014. O título foi endossado em favor de Leonardo D'Ângelo, que, em seguida, endossou a cambial para Amadeus Pereira. O endosso de Leonardo foi avalizado por Frederico Guedes. Procurado para pagamento, a obrigada principal alegou não ter condições, no momento, para quitar o débito. Diante dessa situação, o portador, após levar o título a protesto, ajuizou a competente ação de execução em face de Frederico Guedes. Em sede de embargos, o executado aduziu não ter legitimidade para figurar no polo passivo da demanda, porquanto Leonardo, cuja obrigação foi por Frederico avalizada, é ainda menor de idade, o que ficou comprovado com a apresentação da certidão de nascimento, dando conta de que ele nasceu em 2000. Ante o exposto pode-se afirmar que:

- a) A obrigação de Frederico inexistente, tendo em vista que o avalizado é menor de idade.
- b) A obrigação de Frederico persiste, porquanto a obrigação do avalista é autônoma.
- c) A obrigação de Frederico persiste tendo em vista tratar-se de obrigação acessória.
- d) A obrigação de Frederico inexistente tendo em vista tratar-se de obrigação autônoma.

### Questão 24

A Indústria de Aparelhos Físicos BXL Ltda. entregou, em 15/05/2012, seis aparelhos para atividades físicas adquiridos pela Academia HJL BOA FORMA Ltda. no valor total de R\$ 6.600,00. Foi acordada entre as partes a emissão, em 09/05/2012, de uma nota promissória no aludido valor total da operação, assinada pelo representante legal da Academia HJL BOA FORMA Ltda., Sr. A. S., com data de vencimento para o dia 15/06/2012. Ademais, consta na referida nota promissória aval parcial no valor de R\$ 3.300,00 concedido pelo Sr. A. C. na qualidade de pessoa física. O título preenche todas as formalidades previstas em lei e, apesar de tê-lo sido apresentado para pagamento pelo credor originário, no dia do vencimento da obrigação, o devedor principal ficou-se inerte. Com base na legislação cambiária em vigor, o devedor principal está obrigado ao pagamento da referida nota promissória?

- a) Sim, e o avalista responderá no limite do valor concedido a título de garantia conforme previsto no respectivo título de crédito.
- b) Não, pois não houve aceite a constar no respectivo título, o que o torna nulo de pleno direito.
- c) Não, pois o aval parcial nele previsto torna o respectivo título nulo de pleno direito.
- d) Não, pois o título não comporta modalidade de vencimento a prazo, o que o torna nulo de pleno direito.

Disciplina: Direito Processual Penal I  
Professora: Ilídia Aparecida Silva

### Questão 25

O art. 10 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, aos 10 de dezembro de 1948, consagra que toda pessoa tem direito, em condições de plena igualdade, de ser ouvida publicamente e com justiça por um tribunal independente e imparcial, para a determinação de seus direitos e obrigações ou para exame de qualquer acusação contra ela em matéria penal.

**O princípio do processo penal que se adequa a essa redação é o:**

- a) do juiz natural.
- b) da ampla defesa.
- c) do contraditório.
- d) da publicidade.

### Questão 26

Na hipótese de crime cuja execução tenha sido iniciada no território nacional, mas a consumação tenha ocorrido fora dele, a competência será determinada

- a) pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução.
- b) pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o primeiro ato de execução.
- c) pela residência ou domicílio do réu.
- d) pelo lugar onde ocorreu a consumação.

### Questão 27

Na cidade A, o Delegado de Polícia instaurou inquérito policial para averiguar a possível ocorrência do delito de estelionato praticado por Márcio, tudo conforme minuciosamente narrado na requisição do Ministério Público Estadual. Ao final da apuração, o Delegado de Polícia enviou o inquérito devidamente relatado ao Promotor de Justiça. No entendimento do *parquet*, a conduta praticada por Márcio, embora típica, estaria prescrita.

**Nessa situação, o promotor deverá:**

- a) arquivar os autos.
- b) oferecer denúncia.
- c) determinar a baixa dos autos.
- d) requerer o arquivamento.

### Questão 28

Ao findar o inquérito policial, o Delegado de Polícia, em seu relatório, imputa ao réu Tício o crime de furto qualificado pela fraude, mas o Promotor de Justiça o denuncia por estelionato. Nesta hipótese, deve o Magistrado devolver os autos ao Distrito Policial para alteração do relatório final?

- a) Não. O inquérito policial é peça informativa, sendo desnecessária tal diligência para propositura da ação penal pelo Ministério Público, podendo, portanto, ser alterada a classificação inicialmente proposta.
- b) Sim. Há necessidade de consonância entre o relatório policial e a peça inicial proposta pelo Ministério Público para o correto recebimento da denúncia pelo juiz.
- c) Sim. O Magistrado deve retomar os autos à Delegacia de Polícia, sob pena de caracterizar nulidade absoluta de denúncia.
- d) Não. Os autos do inquérito policial não podem ser alterados, devendo o juiz receber a denúncia para o fim de ser a mesma aditada pelo Promotor de Justiça.

### Questão 29

Tendo em vista o enunciado da súmula vinculante n. 14 do Supremo Tribunal Federal, quanto ao sigilo do inquérito policial, é correto afirmar que a autoridade policial poderá negar ao advogado:

- a) a vista dos autos, sempre que entender pertinente.
- b) a vista dos autos, somente quando o suspeito tiver sido indiciado formalmente.
- c) do indiciado que esteja atuando com procuração o acesso aos depoimentos prestados pelas vítimas, se entender pertinente.
- d) o acesso aos elementos de prova que ainda não tenham sido documentados no procedimento investigatório.

### Questão 30

Rosa Margarida é uma conhecida escritora de livros de autoajuda, consolidada no mercado já há mais de 20 anos, com vendas que alcançam vários milhares de reais. Há cerca de dois meses, Rosa Margarida descobriu a existência de um sistema que oferece ao público, mediante fibra ótica, a possibilidade do usuário realizar a seleção de uma obra sobre a qual recaem seus (de Rosa Margarida) direitos de autor, para recebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda. O sistema também indica um telefone de contato caso o usuário tenha problemas na execução do sistema. O marido de Rosa Margarida, Lírio Cravo instala no telefone um identificador de chamadas e descobre o número do autor do sistema que permitia a violação dos direitos autorais de Rosa Maria. De posse dessa informação, Lírio Cravo vai à Delegacia de Polícia registrar a ocorrência de suposta prática do crime previsto no art. 184, §3º, do Código Penal (violação de direitos autorais). O Delegado instaura inquérito e de fato consegue identificar o autor do crime.

**Considerando a narrativa acima, assinale a alternativa correta.**

- a) O Delegado agiu corretamente. Encerrado o inquérito policial, deve encaminhá-lo ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.
- b) O Delegado agiu incorretamente. O marido da ofendida não poderia ter obtido o número do telefone do autor das ameaças sem prévia autorização judicial, pois tal informação é sigilosa.
- c) O Delegado agiu incorretamente. A instauração do inquérito nesse caso depende de representação da ofendida, não podendo ser suprida por requerimento de seu marido.
- d) O Delegado agiu corretamente. Encerrado o inquérito policial, deve entregar os autos à vítima, mediante recibo, para que a mesma possa oferecer queixa crime.

Disciplina: OP II: Oratória e Comunicação Jurídica – Teoria e Prática Professor: Dr. Eliel Ribeiro Carvalho
--

### Questão 31

É uma expressão do âmbito jurídico, e está presente no Código de Processo Civil: "O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegado pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento." Neste princípio, o juiz toma a sua decisão de acordo com padrões críticos e racionais.

**O texto acima está se referindo a:**

- a) Dialética
- b) Oratória retórica
- c) Persuasão racional
- d) Pergunta retórica

**Questão 32**

Se você cometer alguns erros técnicos durante uma apresentação em público, mas comportar-se de maneira espontânea tenha certeza de que os ouvintes ainda poderão acreditar nas suas palavras e aceitar bem a mensagem. Entretanto, se usar técnicas de comunicação, mas apresentar-se de forma artificial, a plateia poderá duvidar das suas intenções.

**Em se tratando dos atributos da boa oratória jurídica, o texto está referindo a:**

- a) conhecimento sobre o assunto
- b) bom vocabulário
- c) conhecimentos técnicos sobre o assunto
- d) naturalidade

**Questão 33**

A estrutura de um discurso é composta por três importantes partes. São elas, EXCETO:

- a) resumo
- b) corpo
- c) conclusão
- d) introdução

**A razão pela qual algumas pessoas acham tão difícil serem felizes é porque estão sempre a julgar o passado melhor do que foi, o presente pior do que é e o futuro melhor do que será.** *Marcel Pagnol*